ISBN: 978-85-7846-440-0

ANÁLISE DO ORÇAMENTO DESTINADO A POLÍTICA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE BARRA DO ROCHA/BA

Neidiana Braga da Silva Souza[1]

Silvia Almeida Lima[2]

Murillo Lago Menezes[3]

Lavínia de Almeida Raimundo[4]

Pedro Henrique Iglezias Menegaldo[5]

RESUMO

A análise da política esportiva implementada nos municípios brasileiros se apresenta enquanto uma ferramenta significativa para o processo de reformulação das ações destinadas ao campo esportivo. Neste contexto, a presente pesquisa analisou o orçamento destinado a política esportiva do município de Barra do Rocha/BA, no período de 2010 a 2013. No que diz respeito ao procedimento metodológico, esta investigação científica se caracterizou como uma pesquisa documental, de caráter exploratório e de natureza qualitativa. Acerca da organização dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin a partir do método apriorístico e com base teórica nos estudos sobre análise e avaliação de políticas, realizados por Ivanetti Boschetti. Desse modo, observou-se que a gestão esportiva municipal foi direcionada por ações unilaterais e verticalizada, de natureza emergencial e abrangência focal. Ao mesmo tempo, concluiu-se que a possibilidade da autonomia financeira por meio da garantia legal de um percentual do Produto Interno Bruto a ser investido exclusivamente na política esportiva e a captação de recursos financeiros por meio de renúncia fiscal e parcerias público-privadas são ferramentas singulares de estruturação do setor esportivo local.

Palavras-chave: Esporte. Política. Orçamento. Barra do Rocha.

[1] Bacharel em Serviço Social – Universidade do Norte do Paraná. E-mail: neidianabraga@gmail.com

[2] Licenciada em educação física – Universidade do Norte do Paraná. E-mail: sillvinhalima@yahoo.com.br

[3] Discente do curso de licenciatura em educação física – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: murillolago_@hotmail.com

[4] Discente do curso de licenciatura em ciências biológicas – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: lavi.lane@hotmail.com

[5] Discente do mestrado em educação física – Universidade Estadual de Maringá. E-mail: pedromenegaldo@hotmail.com

ISBN: 978-85-7846-440-0

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 possibilitou uma série de ações no âmbito da esfera federal, visando à sistematização do fenômeno esportivo através da materialização de um ordenamento legal mais sólido e por meio da reorganização da macroestrutura administrativa do setor em questão. Logo, os avanços ocorridos no campo esportivo brasileiro foram notórios, como exemplo: a criação de uma pasta exclusiva para o fomento da política esportiva e a realização de três conferências nacionais de esporte (CASTELLAN, 2009).

Entretanto, acredita-se que os municípios brasileiros, principalmente aqueles situados no Nordeste do país, não apresentam uma microestrutura satisfatória que possibilite a implementação de políticas públicas significativas. Neste sentido, percebe-se a relevância de analisar as políticas públicas esportivas do país, não apenas na esfera Federal como também na esfera municipal. Desse modo, acredita-se que esta iniciativa poderá apontar os "des"caminhos do campo esportivo e auxiliar na compreensão da influência da macroestrutura na microestrutura bem como, a lógica inversa.

2. OBJETIVOS

A pesquisa buscou analisar a política esportiva implementada no município de Barra do Rocha/BA, tomando-se enquanto referência empírica a ação do Poder Público local. Para compreender esse processo, definiu-se enquanto objetivos específicos: diagnosticar a configuração e abrangência dos direitos e benefícios da política esportiva; identificar e analisar o orçamento direcionado ao setor esportivo.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental de caráter exploratório e abordagem qualitativa. No processo de coleta de dados foram analisados documentos oficiais do município Barra do Rocha/BA, compreendendo o período de 2010 a 2013: a Lei Orgânica (LO); o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes

ISBN: 978-85-7846-440-0

Orçamentárias (LDO); as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e as leis ordinárias relacionadas ao tema.

A coleta e organização dos dados foram materializadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977). Logo, ao assumir uma análise de conteúdo com categorização apriorística, a presente pesquisa utilizou-se como base de definição das categorias, o modelo de análise da política proposto por Ivanete Boschetti (2009).

4. RESULTADOS

Ao investigar a configuração dos direitos e benefícios da política esportiva do município de Barra do Rocha foi possível diagnosticar que a lei orgânica estabelece enquanto eixo norteador, o fomento ao desporto e incentivo ao lazer como forma de promoção social (BARRA DO ROCHA, 1990, p.12), apresentando assim, consonância com o que preconiza a Constituição Federal de 1988.

Os recursos financeiros existentes são vinculados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Nesta lógica, constatou-se uma limitação administrativa e orçamentária do campo em questão, tendo em vista a subordinação das ações às demandas educacionais e culturais vigentes, corroborando assim, com os estudos de Silva e Ávila (2014).

No que diz respeito ao direcionamento dos gastos, o município estabeleceu a destinação de recursos financeiros para as diversas manifestações esportivas. Para tal, foram alocados R$ 1.992.000,00 para a função desporto e lazer. Tais recursos são evidenciados a partir do programa de gestão e manutenção das ações da Secretaria municipal de educação, cultura, esporte e lazer por meio do desenvolvimento de projetos e oficinas bem como a construção, reforma e ampliação de praças esportivas, ginásios, quadras poliesportivas e campos de futebol. Em relação a magnitude dos gastos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), os recursos apresentam uma oscilação dos montantes direcionados ao esporte (BARRA DO ROCHA, 2009).

Desta maneira, os dados analisados revelaram que os recursos para o desporto de rendimento foram destinados preponderantemente para a infraestrutura. Em contrapartida, o desporto comunitário configura-se por meio

ISBN: 978-85-7846-440-0

de apoio as atividades desportivas e recreativas e o desporto educacional não foi contemplado com alocação orçamentária. Os dados apresentados reforçam a dissonância entre o direcionamento dos gastos na gestão esportiva de Barra do Rocha no período de 2010-2013, bem como o descompasso entre os documentos públicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, foi possível identificar uma dicotomia entre as prerrogativas legais e o planejamento orçamentário do município investigado. No que concerne ao financiamento, o enfoque do município foi voltado para a infraestrutura, reforçando um desequilíbrio de recursos e reafirmando a disputa de campo entre as dimensões do esporte no subcampo das políticas públicas de esporte e lazer. Ademais, foi perceptível que a ausência de um percentual obrigatório na área, reforça a marginalização da política esportiva. Além disso, sugere-se a criação de uma lei de incentivo fiscal para o setor em questão com vistas a dinamização da microestrutura orçamentária.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L**. Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRA DO ROCHA. Lei Orgânica do município de Barra do Rocha. Diário Oficial [do município de Barra do Rocha- BA], 1990. Disponível em: <http://www.barradorocha.ba.io.org.br/diarioOficial> . Acesso em: 15 de junho de 2017.

_____. Lei n°. 570 de 18 de novembro de 2009. Institui o Plano Plurianual da Administração Pública do Município de Barra do Rocha, Estado da Bahia, para o período de 2010-2013, e dá outras providências. Disponível em: <www.barradorocha.ba.io.org.br>. Acesso em 03 de maio de 2017.

CASTELAN, L.P. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010).** Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas/SP, 2010.

SILVA, T.D.; ÁVILA, M.A.; Análise da estrutura administrativa e financeira destinada ao lazer no município de Jequié-BA. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 13, n. 1, p. 31-40, 2014.